Modelo Fleuriet como ferramenta na prática da auditoria contábil

Carlos Emmanuel De Oliva Menezes
Silvio Cardoso
Soraya Nair Bezerra Mangabeira Campos
Milanez Silva De Souza

Resumo:

O objetivo deste trabalho é verificar se o modelo Fleuriet atende às necessidades dos auditores e contribui efetivamente para o aperfeiçoamento e melhoria das práticas de auditoria. A auditoria, cuja finalidade é avaliar o controle interno e contábil com o intuito de propiciar informações confiáveis, adequadas, tempestivas e que espelhem a realidade patrimonial, busca seu aprimoramento constante em técnicas e procedimentos que ampare e dêem suporte técnico e teórico ao auditor no desenvolvimento de seus trabalhos. Nesse contexto, propõe-se a aplicação do modelo dinâmico como ferramenta auxiliar para o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria interna e externa, dado a sua eficiência e eficácia na previsão da verdadeira situação de solvência das organizações. Ao final, realiza-se um estudo de caso em empresa do ramo supermercadista, mediante a utilização do modelo Fleuriet como ferramenta auxiliar de identificação à quais períodos devem ser aplicados os testes de auditoria.

Área temática: *Controladoria*

Modelo Fleuriet como ferramenta na prática da auditoria contábil

Carlos Emmanuel de O. Menezes (Fundação Visconde de Cairu - Brasil) carlos@jbc.com.br
Silvio Cardoso (Fundação Visconde de Cairu - Brasil) silvio-cardoso@uol.com.br
Soraya Nair B. M. Campos (Fundação Visconde de Cairu - Brasil) scampos@sefaz.ba.gov.br
Milanez Silva Souza (Fundação Visconde de Cairu - Brasil) scampos@sefaz.ba.gov.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é verificar se o modelo Fleuriet atende às necessidades dos auditores e contribui efetivamente para o aperfeiçoamento e melhoria das práticas de auditoria. A auditoria, cuja finalidade é avaliar o controle interno e contábil com o intuito de propiciar informações confiáveis, adequadas, tempestivas e que espelhem a realidade patrimonial, busca seu aprimoramento constante em técnicas e procedimentos que ampare e dêem suporte técnico e teórico ao auditor no desenvolvimento de seus trabalhos. Nesse contexto, propõe-se a aplicação do modelo dinâmico como ferramenta auxiliar para o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria interna e externa, dado a sua eficiência e eficácia na previsão da verdadeira situação de solvência das organizações. Ao final, realiza-se um estudo de caso em empresa do ramo supermercadista, mediante a utilização do modelo Fleuriet como ferramenta auxiliar de identificação à quais períodos devem ser aplicados os testes de auditoria.

Palavras chave: Auditoria Contábil, Controle Interno, Modelo Dinâmico Fleuriet.

Área temática: Controladoria.

1. Introdução

A atividade de auditoria tem passado por expressivas mudanças e transformações em termos de aperfeiçoamento, conhecimento e aplicabilidade, dado às necessidades de informações por parte dos investidores, credores e demais usuários das informações contábeis. Essas informações são disponibilizadas através dos demonstrativos contábeis, e seus anexos, tais como, pareceres de auditoria, notas de explicativas e relatórios da administração.

Nesse contexto, o ambiente prevalecente é o cenário configurado por incertezas que permeiam o mundo dos negócios e todo o processo de tomada de decisão no âmbito da gestão empresarial. Portanto, o processo de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, torna-se fator relevante para a sociedade na atualidade.

Os usuários da informação contábil têm manifestado certo nível de receio e insegurança quanto à transparência das demonstrações contábeis divulgadas pelas empresas. Os recentes casos de fraude e manipulação de dados contidos nos informativos contábeis demonstram a necessidade cada vez maior de elidir práticas que venham resultar em processo falimentar de empresas causando prejuízos a seus investidores. As empresas de auditoria, em alguns casos, têm se envolvido nesses episódios, resultando em perdas de credibilidade à prática da auditoria contábil.

A auditoria, cuja finalidade é avaliar o controle interno e contábil com o intuito de propiciar informações confiáveis, adequadas, tempestivas e que espelhem a realidade patrimonial,

busca seu aprimoramento constante em técnicas e procedimentos que ampare e dêem suporte técnico e teórico ao auditor no desenvolvimento de seus trabalhos.

O auditor por ocasião da elaboração e divulgação de sua opinião expressa através de parecer de auditoria a real situação econômico-financeira e organizacional de modo geral, inferindo sua opinião sobre a situação patrimonial da empresa mediante todos os levantamentos e provas por ele realizados.

Dessa forma, para que o auditor possa gerar e emitir opinião segura e imparcial, ele necessita de ferramental apropriado que lhe permita a realização de todos os procedimentos adequados à boa prática de auditoria, buscando dessa forma reduzir durante o desenvolvimento de seus trabalhos os riscos inerentes.

Este trabalho questiona o seguinte: Como o Modelo Fleuriet pode ser aplicado no levantamento de informações necessárias ao trabalho das auditorias contábeis?

O principal objetivo é verificar se o modelo Fleuriet atende às necessidades dos auditores e contribui efetivamente para o aperfeiçoamento e melhoria das práticas de auditoria.

O modelo Fleuriet, também denominado de modelo dinâmico, foi desenvolvido no Brasil no período de 1975/1978 pelo professor francês Michel Fleuriet e a Fundação Dom Cabral de Minas Gerais, consiste em demonstrar os aspectos econômicos e financeiros das entidades, inferindo sobre a previsão de desempenho das empresas.

Nesse contexto, propõe-se a aplicação do modelo dinâmico como ferramenta auxiliar para o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria interna e externa, dado a sua eficiência e eficácia na previsão da verdadeira situação de solvência das organizações.

Ao final, realiza-se um estudo de caso de uma empresa mediante a utilização do modelo Fleuriet identificando em qual período deverá ser aplicado os testes de auditoria.

2. Revisão de literatura

Inicialmente são apresentados alguns conceitos pertinentes aos assuntos.

2.1 Definição de auditoria

Auditoria das demonstrações contábeis ou auditoria independente pode ser definida como o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade.

2.2 Controle interno

Segundo a definição fornecida pelo American Institute of Certified Public Accountants (AICPA):

> Controle interno é o plano da organização e todos os métodos e medidas coordenados, adotados dentro da empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e confiabilidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e fomentar o respeito e obediência às normas políticas administrativas fixadas pela gestão.

Outro conceito é apresentado por Almeida, (1996, p.50):

> O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Os conceitos são abrangentes em termos de horizonte de atuação e aplicação, porém específicos quanto às necessidades das empresas de manterem um nível de controle interno adequado.

O que se constata é que o controle interno não está restrito a apenas às funções de contabilidade e finanças, mas sim a todos os aspectos de controles administrativos e contábeis da empresa. O controle interno ultrapassa os limites da mensuração e evidenciação que as demonstrações contábeis contemplam. Ou seja, a contabilidade é uma ferramenta que está inserida no controle interno, e serve de suporte para que os tomadores de decisão, administradores e/ou proprietários, dentre outros, atinjam seus objetivos. Conforme Marion (1998, p.24), ”A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”.

O controle interno deve ser entendido como algo muito mais abrangente, que contempla todos os elementos que constitui uma organização, independente de que ele seja formal ou não. Portanto, o controle interno é algo inerente e intrínseco a qualquer ambiente empresarial, uma atividade-real que contempla todas as questões que envolvem a empresa, tanto no ambiente interno quanto externo. Dessa maneira, o controle interno existe independentemente da vontade de quem quer que o exerça. Entretanto, o que o define é o nível de qualidade e eficácia atribuído a ele, podendo ser classificado como adequado ou não.

Empresas que apresentam controle interno adequado dispõem de um ambiente melhor para a realização de suas atividades, onde os procedimentos e normas, metas e objetivos, planejamento e controles, fluem naturalmente, e, por conseguinte, os resultados são atingidos de modo planejado. Em contrapartida, entidades em que o controle interno é considerado inadequado, o nível de organização, planejamento e controles, apresentam-se complexos e desorganizados, sem sinergia, comprometendo assim a obtenção dos resultados almejados.

2.2.1 Características do controle interno

Em sentido amplo, o controle interno inclui controles que podem ser peculiares tanto à contabilidade quanto à administração.

Conforme preceitua Attie, (1998, p.114):

> **Controles administrativos**: compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que dizem respeito à eficiência operacional e à decisão política traçada pela administração. Normalmente, se relacionam de forma indireta aos registros financeiros. Com freqüência abrangem análises estatísticas, estudos de tempo e movimentos, relatórios de desempenho, programas de treinamento e controle de qualidade.
>
> **Controles contábeis**: correspondem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos diretamente relacionados, principalmente com a salvaguarda do patrimônio e a fidedignidade dos registros contábeis. Geralmente, incluem os seguintes controles: sistema de autorização e aprovação; separação das funções de escrituração e elaboração dos relatórios contábeis daquelas ligadas às operações ou custódia; dos valores; e controles físicos sobre estes valores”.

Os controles administrativos estão voltados para os aspectos que envolvem a empresa como um todo. Ou seja, sua abrangência é de vulto maior, englobando todas as decisões de planejamento, métodos e procedimentos que a empresa planeja, executa e controla, com o intuito de atingir cada um de seus objetivos. Os controles contábeis estão voltados para os aspectos de registros dos fatos mensuráveis monetariamente, comprovados através de documentação hábil.

O conhecimento e avaliação do controle interno são de fundamental importância para os trabalhos do auditor, independente de que a auditoria seja interna ou externa. Pois, é a partir da avaliação preliminar do controle interno que o auditor inicia todo o seu trabalho de auditoria. A partir dessa observação torna-se possível ao auditor desenvolver uma percepção mais acurada sobre a eficiência e eficácia das políticas e práticas de gestão da empresa mediante as perspectivas de planejamento, organização, direção e controle.

2.2.2 Interpretação do conceito de controle interno

As políticas compreendem o conjunto de declarações de caráter administrativo a respeito das intenções da organização em relação a um determinado tema. Podem ser conceituadas como guias de raciocínio planejadas para a tomada de decisões em níveis inferiores, decisões estas aplicáveis a situações repetitivas, tendo em vista canalizar as decisões para os objetivos estabelecidos.

As políticas são dividas em dois níveis:

a - Políticas globais - são aquelas que afetam todo o comportamento da organização (políticas estratégicas). Assim, para que se possa executar um controle interno, ou até mesmo, exercer uma auditoria interna ou independente, torna-se fundamental que a empresa tenha seu planejamento estratégico, preferencialmente que este seja formalmente documentado, difundido, conhecido e executado por todos.

Segundo Rasmussen, (1990, p.33): "O planejamento estratégico é ferramenta primordial que a alta gestão de empresas possui, no fim século XX, para obter vantagens sobre os seus competidores e conseguir identificar oportunidades no macroambiente operacional".

Percebe-se uma iteração entre o planejamento estratégico e o controle interno, a correlação destes é que irá determinar o presente e o futuro da empresa. O primeiro é a ferramenta que a alta gerência possui para identificar as vantagens e competências, entendida por pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades, barreiras à entrada e saída de determinado segmento de mercado. Enquanto o segundo, é que permite e possibilita toda a execução daquilo que foi planejado. Portanto, é por intermédio do controle interno que a empresa irá ou não conseguir concretizar seus objetivos.

Nessas circunstancias, os princípios de planejamento, organização, direção e controle (PODC), tornam-se fundamentais para que a administração consiga viabilizar a consecução de suas metas e objetivos, em detrimento do planejamento estratégico e do controle interno de suas atividades.

b) Políticas operacionais - são aquelas que têm uma menor faixa de influência e que muitas vezes, aparecem como verdadeiras "regras de trabalho".

Porquanto, mediante a avaliação preliminar do controle interno, procede-se o levantamento de informações com intuito de obter conhecimento relevante sobre as normas a que estão sujeitas às rotinas, a delegação de responsabilidades, o organograma e o objetivo da área sob auditoria. A realização de entrevistas com os responsáveis pela empresa torna-se fundamental, objetivando formar mediante uma visão holística da entidade, consubstanciada por uma idéia ampla e dedutiva sobre o nível e adequação do controle interno existente.

2.3 Ponderação do risco relativo

O risco está relacionado com a possibilidade de existência de erros e cabe ao auditor identificar e procurar os pontos de maior possibilidades desses acontecimentos. Para tanto, o auditor deve dispor de experiência no segmento de mercado em que a empresa atua. Outros

fatores de suma importância são as ferramentas disponíveis que possibilite a avaliação com maior precisão da ocorrência de tal fato.

Conforme Attie, (1998, p.50):

> O risco de auditoria resulta da combinação da possibilidade de existência de erros graves e da ocultação de erros, por meio de procedimentos planejados. O risco relativo de auditoria significa que, para algumas empresas e para certas áreas de auditoria, o risco é maior que para outras. O auditor deve designar recursos adequados às situações que pareçam particularmente suscetíveis de erros graves.

2.4 Aplicação dos procedimentos de auditoria

As aplicações de procedimentos de auditoria ocorrem mediante provas seletivas, testes e amostragens, em razão da complexidade e volume das operações, cabendo ao auditor, com base na análise de riscos de auditoria, entre outros elementos de que dispuser, determinar a amplitude dos exames necessários à obtenção dos elementos de convicção que sejam válidos para o todo.

De acordo com a Equipe de Professores da Unb, (2001, p.337-338), os tipos e objetivos da avaliação do controle interno são:

Tipo de avaliação	Objetivo da avaliação
A avaliação preliminar do controle interno deverá propiciar o embasamento necessário para determinar a natureza, a oportunidade e a extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, considerando:	. o tamanho e a complexidade das atividades; os sistemas de informação contábil; . as áreas de risco de auditoria; . a natureza da documentação, considerando os sistemas informatizados adotados pela entidade; . o grau de descentralização de decisão adotado pela administração da entidade; . e o grau de envolvimento da auditoria interna, se existente.
A avaliação do sistema e de controles internos pelo auditor deve considerar os seguintes aspectos:	. o ambiente de controle existente na entidade; . e os procedimentos de controle adotados pela administração da entidade.
A avaliação do ambiente de controle existente deve considerar:	. a definição de funções de toda a administração; . o modelo decisório adotado na entidade; . a estrutura organizacional da entidade e os métodos de delegação de autoridade e responsabilidade; . as políticas de pessoal e a segregação de funções; . e o sistema de controle da administração, incluindo as atribuições da auditoria interna, se existente.
A avaliação dos procedimentos de controle interno deve considerar:	. a observância às normas para elaboração de demonstrações contábeis e quaisquer outros informes contábeis e administrativos, para fins internos e externos; . a adequada conciliação das contas; . a exatidão aritmética dos registros; . a adoção de sistemas de informação

	computadorizados e os controles adotados em sua implantação, alteração, acesso a arquivos e geração de relatórios; . os controles adotados sobre as contas que registram as principais transações da entidade; . a guarda de documentos; . a comparação de dados internos com fontes externas de informação; . os procedimentos de inspeções físicas periódicas em ativos da entidade; . a limitação do acesso físico a ativos e registros; e a comparação dos dados realizados com os dados projetados.

Fonte: Equipe Professores da UnB, pág. 337, 338.

Quadro 01 – Tipos e objetivos do controle interno

Com base nas abordagens apresentadas sobre o controle interno, fica evidente que as entidades apresentam necessidades de ferramentas de gestão que permitam gerir e detectar falhas em seus processos administrativos e contábeis.

2.5 O Modelo Fleuriet

O modelo Fleuriet baseia-se na reclassificação das demonstrações contábeis. É composto por variáveis empresariais que determinam de maneira prospectiva se a empresa está ou não caminhando para o desequilíbrio econômico-financeiro. Portanto, trata-se de um modelo de previsão de desempenho das entidades. Esse modelo é aplicado especialmente em empresas comerciais e industriais. O Modelo Fleuriet é composto pelas seguintes variáveis empresariais: necessidade de capital de giro – NCG; capital de giro – CDG, e saldo de tesouraria – T.

2.5.1 - Reclassificação do balanço patrimonial de acordo com modelo Fleuriet

Para a operacionalização do modelo Fleuriet torna-se necessário reclassificar o balanço patrimonial em dois grupos distintos compreendidos por ativos e passivos circulantes e em ativo e passivo não-circulantes, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Balanço Patrimonial			
		Ativo	Passivo
Contas circulantes	Cíclicas	**Circulante operacional (cíclico) – ACO** Contas a Receber Estoques Adiantamentos a Fornecedores Outras Contas a Receber (operacionais) Despesas Antecipadas	**Circulante operacional (cíclico) – PCO** Fornecedores a pagar Salários e Encargos a pagar Impostos Incidentes s/ Vendas a pagar
	Erráticas	**Circulante financeiro (errático) – ACF** Caixa Bancos Aplicações Financeiras (até 90 dias) Outras Contas (financerias)	**Circulante financeiro (errático) – PCF** Empréstimos e Financiamentos a pagar Duplicatas e Títulos Descontados Impostos de Renda e CSLL a recolher Dividendos a pagar
Contas não circulantes.		**Ativo não Circulante ou Ativo Permanente** Ativo realizável em longo prazo - ARLP Ativo permanente – AP	**Passivo não circulante ou Passivo Permanente** Exigível em longo prazo - PELP Resultado de Exercício Futuro - REF Patrimônio líquido - PL

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 2 – Reclassificação do balanço patrimonial

A partir da reclassificação do balanço patrimonial, as seguintes variáveis empresariais são extraídas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

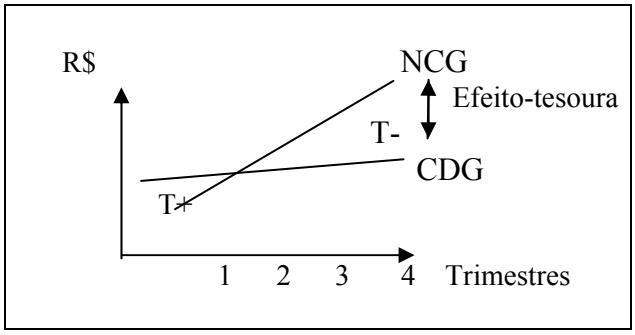
Variáveis empresariais dinâmicas:	Fórmula	Significado
NCG – Necessidade de capital de giro	NCG = ACO – PCO	Operacional (cíclica)
T – Tesouraria	T = ACF – PCF	Financeira (errática)
CDG – Capital de giro	CDG = PP – AP	Recursos para giro

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 3 – Variáveis dinâmicas

Essas variáveis empresariais permitem uma análise prospectiva da verdadeira situação econômica-financeira das empresas, inferindo sobre a real situação de liquidez das empresas.

O gráfico a seguir evidencia o denominado efeito tesoura:



Fonte: Elaborado própria.

Gráfico 1 – O Efeito Tesoura

O efeito tesoura ocorre a partir dos seguintes fatos, conforme Fleuriet (2003, p.38):

> 1 - as vendas da empresa crescem a taxas anuais elevadas;
>
> 2 - a relação NCG/vendas mantém-se, substancialmente, mais elevadas do que a relação autofinanciamento/vendas, durante o período de crescimento das vendas. Considera-se que ambos sejam positivos;
>
> 3 - durante o período de crescimentos das vendas, as fontes externas, que aumentam o Capital de Giro, são utilizadas somente para novos investimentos em bens do ativo permanente que, por sua vez, diminuem o Capital de Giro.

O efeito tesoura é caracterizado a partir da relação entre a variável capital de giro – CDG e a necessidade de capital de giro – NCG. Quando a NCG apresenta um crescimento desproporcional ao CDG gera uma defasagem. Esta defasagem aumentando com o decorrer do tempo e, sendo coberta com tesouraria negativa "buraco financeiro" por períodos consecutivos, diz-se que a empresa está sob o "efeito tesoura". Ou seja, caminha para o desequilíbrio econômico-financeiro, podendo inclusive, entrar em um processo de insolvência, falência (OLINQUEVITCH, 2004, p. 149).

2.5.2 - Termômetro financeiro - TF

O termômetro financeiro pode ser encontrado a partir da seguinte relação:

$$TF = \frac{|T|}{NCG}$$

Sendo:

TF – Termômetro financeiro;

| T | - Tesouraria em modulo; e

NCG – Necessidade de capital de giro.

A relação T - tesouraria dividida pela NCG - necessidade de capital de giro representa o verdadeiro termômetro da situação de liquidez da empresa. O saldo da tesouraria positivo indica uma folga financeira, em contrapartida, o saldo negativo indica que a empresa está usando capital de terceiros, geralmente onerosos, para financiar suas atividades de curto prazo, caracterizando assim uma exposição financeira. Nesse caso, as finanças da entidade requerem atenção e cuidados especiais por parte dos gestores, analistas e investidores.

O capital de giro é um elemento essencial na condução dos negócios de qualquer empresa, abaixo seguem alguns dos principais fatores de enfraquecimento e fortalecimento que envolve a administração do capital de giro – CDG:

Atividade que enfraquecem o CDG	**Atividades que fortalecem o CDG**
Prejuízos	Lucros
Aquisição de ativo imobilizado	Vendas de bens do ativo permanente
Aquisição de investimentos	Aporte de recursos de sócios para aumento de capital
Aplicações de recursos no ativo diferido	Depreciação.
Distribuição de dividendos.	

Fonte: Olinquevitch, (2004, p.136)

Quadro 4 – Atividades que enfraquecem ou fortalecem o CDG

2.5.3 - Ciclo financeiro através da necessidade de capital de giro – NCG

Mediante a divisão da necessidade de capital de giro – NCG pela receita bruta operacional multiplica pelo número de dias do período desejado, é possível decompor a NCG em dias de vendas. Assim é possível analisar detalhadamente a influência dos fatores que determinam o ciclo financeiro da empresa.

A análise do ciclo financeiro constitui em importante fonte de informações para o processo de gestão em dias de vendas para qualquer empresa.

Análise do cíclo financeiro | **Período:**

	Valores em:	R$	Dias
Cíclo financeiro =	**NCG x360**		
	Vendas bruta*		

Aspectos Financeiros:	R$	Dias		**Aspectos Econômicos:**	R$	Dias	Resultado em dias
PMRV - Prazo Médio Recebimentos Vendas							
Dupls Receber / Vendas Prazo x 360			x	Vendas a Prazo / Vendas Bruta*			
** Venda Bruta, deduzida as Devoluções, Cancelamentos e Abatimentos (iden demais abaixo).*							(+)
PMRE - Prazo Médio de Renovação de Estoques							
Estoques / CMV x 360			x	CMV / Venda Bruta*			
							(+)
Despesas antecipadas							
Desp. Antecipadas / Desp. Operacionais** x 360			x	Operacionais** / Vendas Bruta*			
*** Exceto as despesas financeiras*							(-)
PMC - Prazo Médio Pagamentos de Fornecedores							
Fornecedores / Compras+frete Prazo x 360			x	Compras+frete Prazo / Vendas Bruta*			
							(-)
PMROF - Prazo Médio Recolhimento das Obrigações Fiscais							
Obrigações Fiscais / Impostos s/ Vendas x 360			x	Impostos s/ Vendas / Vendas Bruta*			
							(-)
PMR - Prazo Médio Recolhimento Obrigações Trabalhistas							
Obrig.Trabalhistas / Custo Pessoal + Enc x 360			x	) Pessoal + Enc / Vendas Bruta*			
				NCG em dias:			0

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 5 – Análise do ciclo financeiro.

O ciclo financeiro é composto pelos aspectos financeiros: prazo médio de recebimentos das vendas (PMRV); prazo médio de renovação do estoques (PMRE); prazo médio das despesas antecipadas (PMDA), mediante confronto com os prazos médio compras (PMC); prazo médio de recolhimento das obrigações fiscais (PMROF) e prazo médio recolhimentos das obrigações trabalhistas (PMROT).

Os aspectos econômicos relacionam-se com o faturamento da empresa, expressos por: vendas a prazo, custo das mercadorias vendidas, despesas operacionais, compras acrescidas de fretes, impostos sobre vendas e custo do pessoal acrescido dos encargos sociais.

A relação entre os aspectos financeiros e os econômicos, explicam a necessidade de capital de giro em dias de vendas a partir das contas que compõem o ativo cíclico, sejam, estoques, duplicatas a receber e despesas antecipadas. O passivo cíclico é composto pelas contas, fornecedores a pagar; salários e encargos a pagar; impostos a pagar sobre vendas.

A decomposição do ciclo financeiro da empresa constitui em uma ferramenta essencial para o administrador ou analista, pois, permite a análise prospectiva de como a estrutura de fontes e aplicações de recursos é composta. Dessa forma, os gestores e analistas podem traçar cenários atuais e futuros para a empresa. A metodologia permite ao tomador de decisões realizar inferências sobre as tendências de como a empresa comportará no futuro, tanto no aspecto de rentabilidade como de estrutura de capital, bem como, em relação ao autofinanciamento, retorno de investimentos e distribuição de dividendos aos investidores.

3. Metodologia

Para o desenvolvimento do presente trabalho utilizou-se de um estudo de caso das demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Exercício e demais relatórios que compõem as demonstrações contábeis de uma empresa do segmento de comercio varejista, supermercados, sendo utilizado uma serie de fechamentos trimestrais referente ao exercício social do ano de 2004.

Portanto, para o desenvolvimento do trabalho foi adotada a denominação social de Empresa Exemplo S/A. Esse procedimento visa resguardar a exposição da empresa frente aos resultados obtidos.

4. Resultados Obtidos

Os quadros a seguir sumarizam os resultados extraídos pela metodologia. No que concernem à aplicação do modelo Fleuriet como ferramental de auxilio aos trabalhos do auditor.

A partir da aplicação do modelo dinâmico a empresa Exemplo S/A, apresentou as variáveis empresariais:

Resumo das variávieis empresariais e das vendas:

Exercício: 2003	1º trim	2ºtrim	3ºtrim	4ºtrim
NCG	100	620	370	19
T - Tesouraria	500	-150	-150	306
CDG - Cap. de Giro*	600	470	220	325
Vendas	1750	2100	1980	1950

* CDG = (PL + PELP + REF) - (AP + ARLP)

		1º trim	2º trim	3º trim	4º trim
Termômetro financeiro =	| T | * 100 =	500	-150	-150	306
	NCG	100	620	370	19
	Resultado	500%	-24%	-41%	1611%

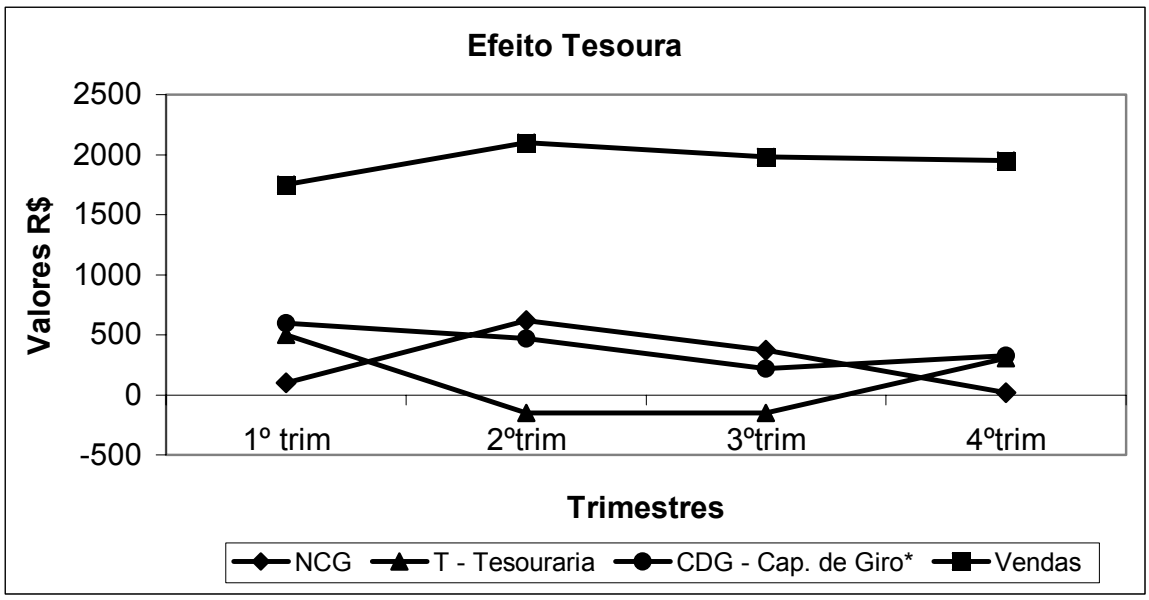


Gráfico 02: Efeito Tesoura.

4.1 Definição da aplicação dos testes a partir dos riscos de auditoria

A partir do gráfico do efeito tesoura, o auditor terá uma visão completa em termos do comportamento econômico e financeiro da empresa. A interação entre as variáveis NCG, CDG e T, mais o comportamento das vendas no período permite uma análise profunda da empresa.

No caso da empresa hipotética sob analise, percebe-se que no segundo e terceiro trimestre houve um excessivo fluxo de saída de recursos financeiros da entidade, onde, a variável T - tesouraria apresentou saldo negativo, indicando a utilização de recursos de terceiros de curto prazo para financiar as operações da empresa.

Neste mesmo período a empresa elevou sobremaneira sua necessidade de capital de giro de forma tal que superou o próprio capital de giro existente.

Observa ainda, que o termômetro financeiro que reflete com clareza a real liquidez da empresa apontou percentuais da ordem de vinte quatro por cento no segundo trimestre e de quarenta um por cento no terceiro trimestre, ambos negativos. Isto indica que não havia liquidez naqueles períodos, indicando um certo nível de desequilíbrio na estrutura financeira da empresa.

Constata-se então, que o segundo e terceiro trimestre constituem em risco eminente à continuidade da empresa, portanto, os testes de auditoria serão aplicados nos referidos períodos. Tendo como intuito identificar as causas de tal comportamento.

Muito embora no último trimestre a empresa apresentou recuperação satisfatória em todos os seus indicadores que compõe o efeito tesoura, permanece uma preocupação por parte do auditor em verificar o que realmente ocorreu nas atividades da empresa que resultaram naquele comportamento atípico dos dois trimestres supra mencionados.

A compreensão e explicação dessa realidade e fatores que provocaram tais oscilações na organização são de extremo interesse dos investidores.

A credibilidade e a expectativa de continuidade e possíveis retornos e rentabilidade futura de qualquer organização constituem o leme da tomada de decisão em investir ou não em determinada instituição.

Dessa forma, como a finalidade do trabalho do auditor é avaliar as entidades como um todo e atestar sua saúde econômica e financeira através de seu parecer, a utilização do modelo de Fleuriet constitui em ferramenta primordial na concretização e segurança dos trabalhos de auditoria.

5. Considerações Finais

Os resultados obtidos após a aplicação da metodologia do modelo Fleuriet confirmam os objetivos pretendidos inicialmente quando da elaboração do presente trabalho.

O trabalho procurou oferecer uma contribuição ao processo de auditoria com enfoque no controle interno, procedimentos e riscos de auditoria, com ênfase na aplicação do modelo de análise dinâmica como ferramenta auxiliar nos trabalhos de auditoria.

Inicialmente, procurou conceituar o que seja empresa. Em seguida alguns comentários e conceitos sobre administração e os aspectos comportamentais do empresariado em um passado recente demonstrando a mudança de certos paradigmas especialmente nas pequenas e medias empresas.

Buscou uma abordagem mais aprofundada no entendimento de controle interno e sua importância para as entidades. Sendo que o controle interno existe independente da vontade

dos gestores, entretanto, o que o define é a qualidade com que ele é executado, sendo classificado como adequado ou não.

O controle contábil constitui elemento fundamental e, encontra-se inserido no controle interno das organizações. Sua importância fundamenta-se no fato de que é através dos relatórios contábeis que os investidores, gestores e demais usuários tomam suas decisões.

Muito embora, a contabilidade não registre todos os fatos ocorridos na entidade, especificamente aqueles que não são mensuráveis monetariamente, ela não perde sua importância e relevância como sistema de informação, dado que este não é seu objetivo final. A contabilidade retrata as operações que provocam variações patrimoniais devidamente comprovadas e que tenha valores expressos em moeda corrente.

O controle interno é composto por políticas globais e operacionais. As primeiras são entendidas como as ações estratégicas que afetam todo o comportamento da organização. Enquanto que, as segundas expressam as verdadeiras regras e rotinas de trabalho da atividade empresarial.

Para que uma entidade possa executar seu controle interno é indispensável que possua um planejamento estratégico e de preferência que seja formalmente documentado, difundido e executado por todos. Assim, através dos princípios de administração: planejamento, organização, direção e controle – PODC torna-se possível a execução do processo de planejamento estratégico e de controle interno que possibilitam a empresa desenvolver-se e atingir seus objetivos.

O modelo de Fleuriet – efeito tesoura, contribui sobremaneira à atividade de auditoria seja interna ou externa. O modelo envolve todas as questões de ordem econômica e financeira, inclusive a decomposição do ciclo financeiro e econômico em dias de vendas, a partir da decomposição da necessidade de capital de giro em função do faturamento da empresa. Permite ainda, traçar cenários futuros mediante a decomposição do ciclo financeiro.

A análise prospectiva das variáveis empresariais, a partir do gráfico do efeito tesoura possibilita uma visão ampla da empresa em termos financeiros e, a conseguinte identificação dos riscos de auditoria, estabelecendo em que períodos o auditor deve realizar testes para a obtenção de provas contundentes, que são a base para a elaboração e apresentação do parecer sobre a real situação e mutação patrimonial da entidade.

Referências

ALMEIDA, MARCELO CAVALCANTI (1996) - *Auditoria: um curso moderno e completo.* Atlas. 5ª.ed. São Paulo.

ATTIE, WILLIAN (1998) - *Auditoria: conceitos e aplicações*. Atlas. 3ª.ed. São Paulo.

CRC/SP (1998) – *Controle Interno nas empresas*. Atlas. 10ª. Ed. São Paulo.

GIL, ANTÔNIO LOUREIRO (2000) - *Auditoria de negócios*. Atlas. São Paulo.

KWASNICKA, EUNICE LACAVA (1995) - *Introdução à administração.* Atlas. 5ª ed. São Paulo.

RASMUSSEN, V.W. (1990) - *Manual da Metodologia do Planejamento Estratégico: uma ferramenta científica da transição empresarial do presente para o futuro adotado para o âmbito operacional brasileiro.* Aduaneiras. São Paulo.

SÁ, ANTÔNIO LOPES (1989) -*Curso de Auditoria*. Atlas. 7ª ed. São Paulo.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Site www.unb.br/aud/o_que_e_controle.htm. Acessado em: 09/09/04. Artigos sobre controle interno e auditoria interna.

SOUZA, BENEDITO FELIPE DE, PEREIRA, ANÍSIO CANDIDO (2004) - *Auditoria Contábil: abordagem prática e operacional*. Atlas. São Paulo.

SOUZA, MILANEZ SILVA DE (1996) - XV Congresso Brasileiro de Contabilidade, Artigo: *Auditoria interna: Um enfoque moderno*. Volume III, Fortaleza/Brasil.